

ACORDOS INTERNACIONAIS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES MEMBROS DO BRICS COM ÊNFASE NO BRASIL

INTERNATIONAL AGREEMENTS FOR THE DEVELOPMENT OF BRICS MEMBER COUNTRIES WITH EMPHASIS ON BRAZIL

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-041>

Eduardo Junior Amaral

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA
 E-mail: eduardojramaral24@gmail.com

Thiago Silva Prado

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá -UEM. Docente e Coordenador de Cursos na Faculdade ALFA de Umuarama - UniALFA. Coordenador do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Capitalismo e Gestão de Empresas (CAGEEM)
 LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9475187952479801>

RESUMO

O objetivo geral do presente trabalho é elucidar as contribuições do BRICS para a promoção de medidas de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico sustentável para os países membros, com ênfase no Brasil. Metodologicamente, trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo e qualitativo. A comunidade em geral pode beneficiar-se deste estudo ao ter a possibilidade de conhecer em profundidade como se dá a relação do BRICS com o Brasil e os impactos dos acordos potencializados por essa relação. O BRICS (inicialmente constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem relevância direta no cenário econômico mundial por seu objetivo que dialoga com um mundo globalizado, que não possui um poder centralizado, o que leva os países, além de defenderem os seus objetivos internamente, a buscar parceiros internacionais com interesse e/ou com modelos de negócios que possam suprir ou potencializar os seus ganhos.

Palavras-chave: BRICS; Cooperação econômica; Acordos internacionais.

ABSTRACT

The overall objective of this work is to elucidate the contributions of BRICS to the promotion of economic growth and sustainable socioeconomic development measures for member countries, with an emphasis on Brazil. Methodologically, this is a bibliographic, descriptive, and qualitative study. The general public can benefit from this study by having the opportunity to understand in depth how the relationship between BRICS and Brazil unfolds and the impacts of the agreements potentiated by this relationship. BRICS (initially constituted by Brazil, Russia, India, China, and South Africa) has direct relevance in the global economic scenario due to its objective, which engages with a globalized world lacking centralized power. This leads countries, in addition to defending their objectives internally, to seek international partners with interests and/or business models that can supply or enhance their gains.

Keywords: BRICS; Economic cooperation; International agreements.



1 INTRODUÇÃO

A presente discussão objetiva refletir sobre os acordos internacionais para desenvolvimento dos países membros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com ênfase no Brasil. Dessa forma, foi desenvolvido com base no objetivo geral de compreender as contribuições do BRICS para a promoção de medidas de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico sustentável para os países membros, com ênfase no Brasil. Esse objetivo esteve vinculado à problemática, que buscou investigar quais são as contribuições dos acordos firmados por meio dos BRICS para os países que fazem parte do grupo, de modo a destacar, principalmente, os benefícios e os desafios para o Brasil.

Na sequência, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: analisar o papel do BRICS no cenário internacional como um bloco econômico e político, refletindo sobre a sua influência no desenvolvimento dos países membros; avaliar os impactos dos acordos internacionais firmados por meio do BRICS para o desenvolvimento de seus membros, destacando a realidade do Brasil, considerando seus aspectos econômicos e sociais; e comparar os benefícios e os desafios que o Brasil enfrenta na implementação dos acordos internacionais do BRICS, em relação aos demais países membros.

O BRICS tem relevância direta no cenário econômico mundial pelo seu objetivo que dialoga com um mundo globalizado, que não possui um poder centralizado, o que faz com que os países, além de defenderem seus objetivos internamente, busquem parceiros internacionais com interesse e/ou com modelos de negócios que possam suprir ou potencializar seus ganhos.

Nessa perspectiva, a pesquisa se justifica, academicamente, por estudos das áreas da Economia, das Relações Internacionais e do Direito Internacional, de modo a conhecer e a refletir algumas discussões dessas áreas, assumindo um caráter comparativo sobre as diversas mudanças no desenvolvimento de estratégias de crescimento socioeconômico dos países membros e sobre como se diferem de outros blocos. Instigando novas pesquisas e a formação daqueles que se interessam pela temática.

Com conferências internacionais para mais de 30 países, o BRICS discute abertamente sobre tópicos relevantes mundialmente e temas como cooperação para o desenvolvimento inclusivo, cedendo cada vez mais espaço para uma economia global sustentável, perante crises e conflitos entre os países, buscando sempre uma alternativa fora do convencional com projetos e com discussões relevantes. Com isso, a comunidade em geral pode beneficiar-se por meio deste estudo ao ter a possibilidade de conhecer, em profundidade, como se dá a relação do BRICS com o Brasil e os impactos dos acordos potencializados por essa relação.

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo e qualitativo, realizado durante o ano de 2025. Organizado em algumas seções, sendo a primeira esta introdução e a segunda, os procedimentos metodológicos adotados. A partir do terceiro tópico, discutem-se os elementos teóricos, mesclados com a análise, divididos da seguinte maneira: BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); Acordos



internacionais e os benefícios garantidos aos países do BRICS; A participação brasileira no BRICS: benefícios e desafios. Ao fim, apresentam-se as considerações finais acerca do objeto estudado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia apresentada neste estudo está pautada em pesquisas bibliográficas e descritivas para conceituar os acordos internacionais para o desenvolvimento dos países membros do BRICS, com ênfase no Brasil. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica contribui, uma vez que objetiva utilizar argumentos de diferentes autores e artigos, com a finalidade de desenvolver análises, buscando ressaltar o tema central. Também conhecida como revisão de literatura, como ressaltado por Pátaro (2017), é utilizada na fase exploratória e na construção do objeto de estudo e no seu recorte, momentos em que o pesquisador estabelece o contato com as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto para que possa guiar o seu próprio trabalho. Para Gil (2008):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2008, p. 44).

Tendo em vista o seu caráter bibliográfico, o estudo também se materializa de forma descritiva, o que, por sua vez, significa descrever as características, os comportamentos ou os fenômenos de determinados grupos por meio da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática, fornecendo uma visão detalhada e precisa acerca do objeto do estudo. Para Figueiredo (2008), a pesquisa descritiva esmiúça com exatidão as características de um indivíduo, de uma situação ou de um grupo, assim como busca desvendar a relação entre os eventos.

Com base nas informações coletadas e descritas, foi realizada uma análise qualitativa, que, por sua vez, destaca-se como uma abordagem eficaz para compreender alguns fenômenos voltados para a percepção, para a intuição e para a subjetividade, visando explorar, em profundidade, a complexidade humana e os contextos nos quais ocorrem. Segundo Figueiredo (2008), essa forma de análise busca investigar questões relacionadas ao fenômeno em estudo, de maneira a valorizar o contato direto com a situação estudada. Assim, o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, como também a sua essência, procurando explicar sua origem, suas relações e suas mudanças, de modo a intuir as suas consequências.

Esses procedimentos foram articulados na pesquisa por meio da descrição de legislações, livros, artigos científicos e de documentos oficiais do governo. Assim, no presente estudo, discutem-se o surgimento do BRICS e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), os objetivos do BRICS e as reuniões



do núcleo. Sendo assim, conta com análises de autores relevantes da área, buscando estudar o papel do BRICS na construção de governanças globais sobre as perspectivas política e econômica.

3 BRICS: BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL

Em 2001, o acrônimo BRIC (ainda sem a letra S) surgiu, ao ser mencionado por Jim O’Neil, economista britânico e ex-presidente do Grupo *Goldman Sachs*, no artigo *Building Better Global Economic BRIC*. O autor se referia ao Brasil, à Rússia, à Índia e à China, países que são considerados de economia emergente, com características semelhantes e potencial de chegarem a 50% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial até o ano de 2050, rivalizando com os países desenvolvidos (Visentini *et al.*, 2013).

O termo se popularizou e, em 2006, os países formaram um grupo de fato, durante Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova Iorque nos Estados Unidos da América, na qual os representantes de cada país realizaram uma reunião, que deu início a um trabalho em conjunto, com a primeira cúpula sendo realizada na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em 2009. No dia 15 de abril de 2010, em Brasília, foi realizada a segunda cúpula, sediada pela primeira vez no Brasil. A partir de 2011, durante a sua terceira cúpula, a convite do grupo, ocorreu a inclusão da África do Sul, consequentemente, acrescentou-se a letra S, de *South African*, nome em inglês do país africano (Brasil, 2023).

Na 15.^a cúpula, realizada em agosto de 2023 em Joanesburgo, na África do Sul, os líderes do BRICS anunciaram uma nova expansão do grupo, com a iniciação de mais cinco países: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. A partir de 2024, a Indonésia aceitou formalmente o convite para também fazer parte da aliança. A Argentina também foi convidada para o grupo, mas, após as eleições de 2023, Javier Milei não considerou oportuna a participação no grupo (BRICS, 2025).

Ainda na 15.^a cúpula, os Ministros de Relações Exteriores dos países membros decidiram expandir ainda mais a aliança, sendo negociados os princípios orientadores, os padrões, os critérios e os procedimentos para a adesão de novos membros. Foi assim que, por meio do mandato da Declaração de Joanesburgo, os líderes aprovaram a criação da categoria de países parceiros do BRICS durante a realização da cúpula de Kazan, na Rússia. Estes são os países parceiros: Belarús, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão (BRICS, 2024).

Diferentemente do que pode parecer, os países membros do BRICS não compõem um grupo econômico formal, como a União Europeia. Na verdade, a união desses países configura uma aliança que busca agregar forças e protagonismo no cenário político e na economia internacional, ao saírem em defesa de interesses econômicos e sociais comuns ao grupo, além de incentivar a cooperação recíproca entre os países membros. O grupo não possui um tratado constitutivo nem orçamento próprio ou secretariado permanente (BRICS, 2024).



A presidência de turno anual é a responsável pela organização e pelo custo das atividades do agrupamento. Não existe um processo eleitoral para selecionar a presidência do grupo; ela é rotativa entre os países na ordem de suas siglas, com mandato que se inicia no primeiro dia de janeiro e se encerra no último dia de dezembro de cada ano. Em 2025, ano de execução do presente artigo, o BRICS está sob presidência do Brasil, com realização da cúpula no Rio de Janeiro, em 6 e 7 de julho, sob o lema "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma governança mais inclusiva e sustentável" (BRICS, 2025, *on-line*).

De acordo com Souza (2024), a participação do Brasil no BRICS é uma forma de elevar a sua visibilidade internacional e de demonstrar a sua nova posição mais forte e influente nas discussões internacionais. É também uma oportunidade de aproximar parceiros e de fortalecer relações políticas e econômicas.

Um dos objetivos gerais que o BRICS tem buscado é a construção, juntos, de um mundo mais equilibrado e justo, especialmente no que se refere à economia global. Eles compartilham o objetivo de tornar as decisões internacionais mais democráticas, estabelecendo políticas entre seus representantes do cooperativismo para garantir maior voz aos países em desenvolvimento. Especificamente, o grupo busca promover o crescimento econômico de forma sustentável e inclusiva, estimulando a inovação tecnológica, ampliando o comércio intrabloco e garantindo mais segurança em áreas como alimentação e energia. Além disso, atua em conjunto em fóruns multilaterais para reformar instituições internacionais, assegurando representatividade dos países em desenvolvimento nas tomadas de decisão em âmbito global (BRICS, 2025).

O crescimento do grupo impactou significativamente o comércio internacional e permitiu o fortalecimento das relações comerciais entre os países membros (intrabloco). Após a entrada de novos membros no ano de 2023, o grupo chegou a compor 39% do PIB mundial e 49% da população mundial e vem contribuindo para uma maior aproximação econômica entre os países em desenvolvimento, assim criando novas dinâmicas comerciais no cenário internacional (ComexStat, 2025).

No ano de 2024, o BRICS representou uma parcela muito relevante no comércio internacional, totalizando, respectivamente, 36,09% e 33,81% das exportações e das importações mundiais. Os principais produtos comercializados pelo grupo são as *commodities*, como petróleo, gás natural, minérios e metais, a manufatura, como máquinas e equipamentos elétricos, e os produtos agrícolas, como cereais, carne e café. O Brasil vem-se beneficiando com o aumento das trocas comerciais e de investimentos diretos, especialmente nas exportações de *commodities* para a China e para a Índia (ComexStat, 2025).

Na sexta reunião de cúpula do BRICS, realizada em 15 julho de 2014, em Fortaleza, no Brasil, sob o lema "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis", deu-se início a um novo ciclo na história do grupo, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) (BRICS, 2024, *on-line*). Trata-se de um banco



multilateral que financia projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável, tanto nos países do bloco quanto em outras nações emergentes, de modo a reduzir a dependência de instituições tradicionais e a promover maior autonomia para os países do Sul Global. Com essa iniciativa, o BRICS busca fortalecer sua posição no cenário internacional, oferecendo uma alternativa à ordem global internacional e contribuindo para um futuro mais cooperativo e multipolar. O NDB começou, de fato, a funcionar em 2016, com sede em Xangai, na China (BRICS, 2024).

No NDB, existe uma presidência, que também é rotativa e que, de tempos em tempos, é ocupada por representantes dos países membros, com os demais ficando responsáveis por indicar quatro vice-presidentes. Desde 2023, o NDB é liderado pela ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff. A entrada de novos membros ao BRICS não garante acesso ao NDB. Além dos países do acrônimo, que são membros fundadores, ingressaram também, entre 2021 e 2023, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Egito. Uruguai e Argélia ainda estão em processo de aprovação (BRICS, 2025).

O NDB visa mobilizar recursos em diversos projetos para crescimento econômico e inclusivo. Apoia projetos dos setores público e privado, por meio de empréstimos, de investimentos de capital, entre outros instrumentos. Atuando nas áreas de energia limpa e eficiência, infraestrutura em transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e digital. Basicamente, o banco está focado em atender, de uma forma eficiente, às necessidades das comunidades de seus países membros (Brasil, 2023).

O Brasil já foi beneficiado com financiamentos do NDB, aprovando mais de 19 projetos desde de 2018, sendo eles: três projetos de infraestrutura de transporte, três projetos de água e saneamento, um projeto de proteção ambiental, um de infraestrutura social, dez projetos em áreas diversas e um projeto para assistência emergencial para Covid-19. Esses investimentos vêm contribuindo para impulsionar a economia brasileira, gerando empregos e estimulando modelos de crescimento sustentável (Brasil, 2023).

Na Figura 1, é possível ver os valores dos projetos por país que o NDB já financiou. Foram investidos cerca de US\$ 30,21 bilhões e mais de 96 projetos foram aprovados.

Figura 1 — Investimentos do NDB



Fonte: Brasil (2023).



Mediante a análise da Figura 1, observa-se que o NDB vem ajudando muito os países membros a financiar diversos projetos. Em seguida, no Gráfico 1, identificam-se os investimentos em projetos por área de atuação.



Fonte: Brasil (2023).

O Gráfico 1 demonstra que o NDB financia vários projetos para os países, evidenciando que o maior investimento foi na assistência emergencial para a Covid-19, com mais de US\$ 9,01 bilhões financiados durante a pandemia. O NDB é uma alternativa ao sistema financeiro tradicional, visando reduzir as diferenças econômicas globais e promover o investimento em infraestrutura nos países em desenvolvimento. Seus valores incluem a transparência, a cooperação mútua, a proteção ambiental e a flexibilidade dos processos. Representa uma tentativa de os países emergentes obterem uma maior autonomia e representatividade no sistema internacional, de modo a diminuir a influência dos países desenvolvidos e a promover a distribuição do poder financeiro global, buscando um desenvolvimento equivalente e sustentável (Souza, 2024).

Além do NDB, o BRICS criou outro mecanismo muito relevante para a estabilidade econômica do grupo: o Acordo Contingente de Reserva (ACR). Lançado oficialmente em 2014, trata-se de uma plataforma que oferece apoio financeiro mútuo aos países membros, com o objetivo de contribuir com a liquidez¹ e instrumentos preventivos, além de poder ser usado em caso de necessidade de liquidez de curto prazo, como em crises na balança de pagamentos (BRICS, 2024).

¹ De acordo com Meglierini e Vallim (2018), liquidez é a capacidade de um ativo ser convertido rapidamente em dinheiro sem perda significativa de valor; assim, quanto mais fácil e rapidamente um ativo pode ser transformado em dinheiro, maior a sua liquidez. Sobre isso, existe o Risco Brasil, um indicador que mede a confiança dos investidores estrangeiros no país e reflete a possibilidade de não cumprimento das obrigações financeiras. Um dos índices mais usados para medir o Risco Brasil é o *Emergin*



Os membros se comprometem colocando à disposição reservas internacionais com um montante comprometido ao ACR inicial de 100 bilhões (USD), distribuídos da seguinte forma: Brasil, Rússia e Índia 18 bilhões (USD); China 41 bilhões (USD); África do Sul 5 bilhões (USD). Sendo que, a qualquer momento, os países podem solicitar a adesão, a qual será analisada pelos demais (Brasil, 2016).

De modo geral, nota-se que o agrupamento do BRICS vem contribuindo para o desenvolvimento dos países membros. Desde o início, o grupo vem atingindo marcos significativos, além da criação do NDB, da implementação do ACR e da abertura do grupo para novos membros. Essas iniciativas se destacam por terem gerado um impacto positivo na economia internacional, assim como na brasileira, além de oferecerem uma alternativa fundamental ao financiamento de projetos de infraestrutura por meio do NDB e por serem bem úteis em tempos de crises econômicas, como visto durante a pandemia.

3.1 ACORDOS INTERNACIONAIS E OS BENEFÍCIOS GARANTIDOS AOS PAÍSES DO BRICS

Desde a primeira cúpula, o grupo vem consolidando procedimentos para uma cooperação multilateral baseada em princípios de igualdade, respeitando a soberania de cada país e o desenvolvimento mútuo. Além de representar grande parte da população mundial e uma parcela expressiva do PIB global, o grupo vem firmando acordos importantes em diversas áreas, como finanças, comerciais, tributárias e cooperação econômica. Como discutido anteriormente, o primeiro grande acordo ocorreu durante a sexta cúpula do BRICS, realizada no Brasil em 2014, na qual assinaram dois importantes acordos financeiros de cooperação: o NDB e o ACR, que passaram a oferecer linhas de crédito em moedas locais, reduzindo o uso do dólar (Cúpula, 2014).

Todos os cinco países assinaram esse acordo, que visava a uma alternativa às outras instituições financeiras dominadas por economias desenvolvidas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Essas instituições, inclusive, ao passar das décadas, vêm sendo alvo de críticas devido à falta de gestão democrática, ao descaso com o meio ambiente e à preferência ao crédito para os países já desenvolvidos, o que motivou, ainda mais, a criação do NDB, que surgiu como uma resposta a essas inconformidades (Souza, 2024).

Atualmente, o banco do BRICS segue implementando a sua Estratégia Geral, que engloba o período de 2022 a 2026, com um financiamento no total de 30 bilhões de dólares. Essa estratégia vem priorizando projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, dando preferência a seis áreas: infraestrutura digital, infraestrutura social, proteção ambiental, água e saneamento, infraestrutura energética e energia limpa. Durante a pandemia, o banco deu ênfase especial ao combate à Covid-19 (Souza, 2024).

Markets Bond Index Plus (EMBI). De modo geral, quando o Risco Brasil está alto, significa que o país é considerado menos confiável; consequentemente, os investidores exigem juros maiores (taxa Selic) para emprestar dinheiro (Ipeadata, 2024).



Isso diferencia o NDB dos demais bancos multilaterais. O Banco Mundial, por exemplo, faz operações de crédito em uma grande variedade de áreas e de funções, como assistência técnica, condicionalidade e consultoria, sendo um banco universal, bem diferente do banco do BRICS. A proposta do NDB é justamente se diferenciar dos demais por sua agilidade nas operações, aprovando projetos com rapidez e com menos processos burocráticos (Souza, 2024).

De acordo com Batista Jr. (2016), o NDB está acessível para todas as nações que fazem parte da ONU, sendo que a ideia inicial foi a de ter membros de todas as regiões do mundo, buscando países desenvolvidos, de renda média e de menor nível de desenvolvimento. No entanto, apenas nações em desenvolvimento e de economia emergente contam com a possibilidade de serem membros do banco, podendo solicitar empréstimos. Esses empréstimos, inclusive, vêm ajudando os países na sua infraestrutura: por exemplo, em Nova Déli, capital da Índia, está sendo feito um projeto de Sistema Regional de Trânsito, no qual foi investido mais de US\$ 500 milhões (NDB, 2023).

Costa (2023) mostra a evolução da carteira de financiamento do NDB, entre 2016 e 2021. Nessa evolução, nota-se forte concentração de financiamento na China e na Índia desde o início das suas atividades, representando, em média, aproximadamente 65% dos investimentos entre 2016 e 2018. Essa participação, porém, diminuiu no ano seguinte e atingiu 50% do total da carteira em 2021. Esse equilíbrio na distribuição de investimentos ocorreu em virtude de um crescimento considerável no volume financeiro das operações do Brasil e da África do Sul, em razão da atuação mais efetiva do banco e da criação da linha de crédito emergencial em 2020, com o objetivo de ajudar os países a enfrentar os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19.

Já no que se refere à distribuição setorial da carteira de projetos, o NDB alocou uma proporção de 32% dos investimentos (equivalente a US\$ 9,2 bilhões), os quais foram destinados ao suporte da linha de assistência emergencial para a Covid-19. Desconsiderando essa linha de crédito especial e considerando a missão do banco voltada ao financiamento de infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável, pode-se afirmar que ele tem mantido consistência na distribuição de seus recursos, priorizando as operações alinhadas às suas principais áreas de atuação (Costa, 2023).

No período pandêmico da Covid-19, os países membros tiveram uma grande contribuição no cenário mundial. A Índia, por exemplo, foi crucial para o fornecimento de imunizantes; a China e a Rússia despontaram com o uso da biotecnologia, liderando o desenvolvimento de vacinas, além de estimularem estratégias para o distanciamento social. O Brasil colaborou com a produção de insumos farmacêuticos por meios da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Butantan e com a distribuição de vacinas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Já a África do Sul se destacou criando medidas de distanciamento social, de acordo com a existência da doença no país (Padula, 2020).



Durante as reuniões e as cúpulas do BRICS, os membros do grupo debateram sobre a criação de um sistema de pagamento denominado BRICS Pay. A ideia é que esse sistema funcione como uma plataforma de pagamentos interbancários, usado para os países membros negociarem entre si em suas moedas locais, de modo a facilitar as transações e a fortalecer a cooperação entre os países membros, tirando a dependência do dólar americano. Funcionaria, ainda, de forma independente do sistema americano chamado SWIFT² (Souza, 2024).

O BRICS Pay em si não deve substituir a moeda nacional de um país de uso cotidiano. O sistema, na verdade, permitiria a simplificação das transações comerciais e financeiras, para que sejam realizadas nas moedas locais de cada país. Atualmente, por exemplo, quando empresas brasileiras exportam para a China, o pagamento, na maioria das vezes, é feito utilizando o dólar como moeda de referência, ainda que o comprador pague em Yuan (moeda local da China). Assim, o valor é convertido em dólar pelo banco chinês e enviado para o Brasil por meio do sistema SWIFT. Todo esse caminho acaba atrasando o processo e gerando custos elevados, como taxas bancárias, perdas cambiais devido à dupla conversão da moeda, além da variação do dólar (Souza, 2024).

Comercialmente, o grupo tem grande movimentação no cenário do comércio internacional como um dos grupos mais relevantes da economia mundial. Em 2005, o valor total exportado pelos países membros do grupo foi de US\$ 1,7 trilhões. Já no fechamento do ano de 2021, o total exportado foi de US\$ 5,7 trilhões, o que representa um crescimento de 229%. A participação do grupo no comércio mundial é de aproximadamente 26% (ComexStat, 2025).

A China toma a frente do grupo no comércio internacional e se destaca como a segunda maior economia do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos, demonstrando cada vez mais que é um país impulsor dentro do grupo. Cabe ainda ressaltar que a China foi o primeiro país a enfrentar a pandemia e o único país dentro do grupo que apresentou estabilidade em sua economia durante o período pandêmico (Souza, 2024).

A China transmite uma ideia de que o BRICS está sob domínio do país, em virtude de todo o seu poder econômico, mas o grupo não é controlado somente pela China; pelo contrário, o funcionamento do grupo é baseado no consenso, sendo que nenhuma decisão pode ser tomada de forma unilateral. De fato, a China tem um peso enorme na economia mundial, no entanto, diminuir o BRICS a um instrumento exclusivo dos interesses chineses seria ignorar a capacidade dos demais países a relações dentro do grupo (UOL, 2025).

De acordo com a análise do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2025), o BRICS representa uma transformação histórica na economia mundial, evidenciando o retorno da Ásia como centro

² SWIFT é um sistema global que conecta instituições financeiras e facilita a troca de informações e de instruções de pagamentos entre as instituições em todo o mundo (Banco do Brasil, 2024).



da economia após anos de predominância das potências ocidentais, sem o intuito de substituir o ocidente como núcleo da economia, procurando promover a diversificação e a ampliação dos centros de crescimento.

Nesse contexto, a previsão do artigo publicado pela *Goldman Sachs* escrito por Jim O'Neil mencionado no primeiro capítulo, em 2050, quatro das dez maiores economias estarão na Ásia: China, Índia, Indonésia e Japão. Esse cenário reflete a crescente influência econômica da Ásia no comércio internacional, sendo impulsionado por fatores de crescimento da população, pela rápida urbanização e pelos grandes avanços tecnológicos (CEBRI, 2025).

A Agência Brasil, em 2024, revelou a grande relevância do BRICS no cenário mundial por meio de indicadores econômicos. Juntos, os países do grupo representam 40% da população mundial e 37% do PIB mundial. Esses dados mostram a influência direta do grupo no crescimento e no desenvolvimento da economia internacional. No comércio internacional, o grupo participa de 26% das transações globais, reforçando o seu papel na circulação de bens e de serviços. Além disso, o grupo tem 44% de reservas de petróleo, 53% de reservas de gás natural, além de 70% da produção do carvão e 72% das reservas de terras raras, recursos fundamentais para a criação de energia e para o desenvolvimento tecnológico internacional. Esses números evidenciam que o BRICS não é apenas um conjunto de economias emergentes, mas que exerce, de fato, influência significativa sobre os setores estratégicos internacionais, podendo balancear as forças diante das grandes potências tradicionais (Agência Gov, 2024).

Em resumo, é válido afirmar que o BRICS vem ganhando destaque e se firmando na economia mundial e mostrando como o grupo é essencial para a economia mundial, criando alternativas mais justas e acessíveis ao sistema financeiro. Essas ações vêm evidenciando como o grupo procura uma autonomia pelos países membros, buscando reduzir a influência do dólar americano e estimulando cada vez mais os seus projetos. Além disso, o trabalho em equipe durante a pandemia demonstrou ainda mais a força da união entre as nações, confirmando ainda mais a importância do BRICS nas mudanças nas relações econômicas e comerciais. Nesse cenário, observa-se que a participação de cada país é fundamental para o desenvolvimento coletivo, revelando detalhes importantes sobre suas trajetórias econômicas e políticas, incluindo também a nação brasileira.

3.2 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO BRICS: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

A participação do Brasil no grupo tem proporcionado avanços relevantes em financiamentos, na cooperação internacional e principalmente no comércio, o que evidencia tanto oportunidades como desafios. Entre os benefícios observados, destacam-se o acesso ao financiamento do NDB, o fortalecimento intrabloco e o avanço em iniciativas de cooperação multissetorial. O BRICS para o Brasil representa uma oportunidade de ampliar as suas parcerias, de diminuir as dependências das economias centrais e de consolidar a sua imagem como líder regional e uma potência emergente.



O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) afirma que o BRICS serve como uma oportunidade para o Brasil ampliar o seu papel econômico no cenário mundial. A afirmação do grupo como um espaço de colaboração acabou tornando-se uma porta de entrada para o Brasil se conectar com a Ásia, enquanto também aumenta a sua influência na governança global, na promoção de um mundo multipolar e na defesa do multilateralismo. A participação ativa no BRICS possibilita o Brasil a reforçar a sua autonomia estratégica, a diversificar os seus parceiros e a contribuir para a criação de novas estruturas de poder global (CEBRI, 2025).

Na última década, o Brasil tem demonstrado um grande aumento nas relações comerciais com o grupo, indicando uma expansão das ligações comerciais do país com o BRICS. Um levantamento feito pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (2024), no ano de 2024, foram movimentados 503 milhões de cargas nos portos brasileiros, sendo que 437,3 milhões de toneladas foram de exportação e 65,8 milhões de toneladas de importação, isso somente entre as nações do BRICS. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, revelou que planeja para 2025 e 2026 a modernização e a ampliação para fortalecer ainda mais a atividade portuária brasileira (Brasil, 2024).

De acordo com a pesquisa do Ministério de Portos e Aeroportos, a China foi o principal destino em volume de carga, recebendo 398,6 milhões de toneladas. Entre os produtos mais exportados em maior volume destacam-se minério de ferro (277,9 milhões), soja (66,9 milhões) e óleos brutos (28,8 milhões). O Egito ocupa a segunda posição nas exportações em toneladas, com um total de 12,9 milhões, sendo o milho (5,3 milhões) o principal produto. Em terceiro lugar fica o Irã, com 8,9 milhões de toneladas, destacando-se também o milho (4,4 milhões) como o maior produto exportado para o país (Brasil, 2024).

A China ocupa a primeira posição quando se trata das importações feitas pelo Brasil, importando um volume de 32 milhões de toneladas, com destaque para produtos como máquinas e equipamentos, filamentos sintéticos, produtos de borracha e inseticidas com um volume de 17,2 milhões de toneladas. Também da China se destaca a grande quantidade de adubos importada, com 7,5 milhões de toneladas, e também ferro e aço, com 2,7 milhões de toneladas. A Rússia ocupa a segunda colocação com 22,1 milhões de toneladas, sendo os adubos (11,7 milhões de toneladas) e os combustíveis minerais (8,4 milhões) os principais produtos. Em seguida, identifica-se a Arábia Saudita, com 5,3 milhões de toneladas, sendo que os combustíveis minerais constituem a maior parte desse volume, com 3,6 milhões de toneladas (Brasil, 2024).

Atualmente, o Brasil realiza mais exportações para o continente asiático, mesmo desconsiderando a China e o Japão, do que para os Estados Unidos ou para a União Europeia, o que demonstra uma transformação significativa nas suas relações comerciais. Com o crescimento da demanda por alimentos e por recursos naturais dos países membros do BRICS, o Brasil tem a oportunidade de ampliar ainda mais as suas exportações para esses mercados em crescimento. Basicamente, o BRICS proporciona uma facilidade



aos mercados em crescimento, possibilitando que o Brasil diminua a sua dependência em relação aos parceiros tradicionais, tendo um grande aproveitamento sobre o crescimento econômico asiático para impulsionar o seu próprio crescimento (CEBRI, 2025).

Em razão da cúpula realizada anualmente e da cooperação contínua desde o início do grupo, o Brasil conseguiu aprofundar ainda mais as interações bilaterais com os outros membros do grupo; consequentemente, foi possível fortalecer a união com outros governantes, com os empresários e com a sociedade de modo geral. Esse fortalecimento das nações resultou em ganhos estratégicos inéditos para o Brasil, expandindo as oportunidades para parcerias em setores como tecnologia, educação, e meio ambiente. Pode-se afirmar que as interações bilaterais do Brasil com os demais membros do grupo são mais desenvolvidas profundamente do que as relações existentes antes da criação do bloco (CEBRI, 2025).

O Brasil se destaca como a maior potência da América Latina e possui total clareza de suas responsabilidades global e regional. Nesse contexto, há muitas interpretações divergentes de que o BRICS funciona como uma plataforma totalmente sob liderança da China e da Rússia. Essas interpretações vão contra os princípios que guiam a política externa brasileira (CEBRI, 2025).

No decorrer da cúpula do Rio de Janeiro realizada em 2025, houve, mais uma vez, discussões sobre um sistema monetário mais autônomo em relação ao dólar americano, o qual foi interpretado pelo presidente dos Estados Unidos como uma ameaça à sua moeda devido à proposta de substituir o dólar nas trocas comerciais. Por esse motivo, Donald Trump começou uma guerra tarifária sobre os produtos brasileiros e ameaçou taxar qualquer país que se alinhasse às políticas do BRICS, com uma tarifa adicional de 10%. Brasil e Índia receberam as maiores tarifas impostas pelos Estados Unidos, de 50% sobre os produtos (G1, 2025).

Logo após o tarifaço, o grupo voltou a se reunir virtualmente, encontro que foi organizado pelo governo brasileiro, a fim de coordenar estratégias no multilateralismo, em meio ao tarifaço dos Estados Unidos. Segundo especialistas, o tarifaço é uma chantagem política com o objetivo de atingir o BRICS, com a tentativa de reverter a relativa perda de competitividade da economia do país norte-americano para a China nas últimas décadas (Agência Gov, 2025).

Para o economista brasileiro José Luis Oreiro, o BRICS pode ganhar mais protagonismo e sair mais fortalecido nesse cenário, apontando um potente comércio chinês na importação de produtos brasileiros afetados pelo tarifaço. Oreiro afirma ainda que esse cenário não ameaça a economia brasileira em termos gerais, uma vez que os Estados Unidos são o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás da China e da União Europeia. Destaca também que o governo brasileiro deve proceder a favor de proteger as pequenas e as médias empresas do país, que são mais vulneráveis aos impactos das tarifas (Brasil de Fato, 2025).



Mesmo com essa pressão comercial imposta pelos Estados Unidos, o Brasil tem atuado para impulsionar novos acordos comerciais e para reativar negociações antigas para compensar a possibilidade de perda de espaço no mercado. Foi assim que o Brasil conseguiu firmar novos acordos com a Rússia e com a China (Carta Capital, 2025). Com a Rússia, o acordo firmado é a criação de um canal de comunicação entre os Ministérios da Economia dos países, que terá como finalidade a troca de informações de dados técnicos e a consulta com especialistas. O principal objetivo com esse acordo é contribuir para as discussões em torno das atividades já conduzidas pela comissão governamental do Brasil e da Rússia (Carta Capital, 2025).

Já com a China, a ideia geral é a retomada de acordos estabelecidos entre 2024 e maio de 2025, em que Brasil e China se comprometeram a alinhar as suas estratégias nacionais de desenvolvimento. O objetivo principal é impulsionar projetos que elevam o padrão da cooperação econômica, além de fomentar a modernização de ambas as nações (Carta Capital, 2025).

Também na cúpula do Rio de Janeiro, encontro que marcou dez anos da fundação do NDB, a atual presidente Dilma Rousseff informou que o banco já aprovou uma carteira de 29 projetos de US\$ 7 bilhões para o Brasil desde a criação em 2014; desse montante, US\$ 4 bilhões já foram pagos. Ela também afirma que esse investimento tem foco nas áreas de infraestrutura, de logística, de transição energética e de inteligência artificial (CNN, 2025).

O conselho de governantes do banco do BRICS aprovou a entrada de dois países, Colômbia e Uzbequistão, na organização, totalizando 11 membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia e os dois novos países. A entrada desses novos membros acontece simultaneamente ao crescimento do grupo, ou seja, nem todas as nações que se juntam ao NDB são membros do BRICS (Agência Brasil, 2025).

A entrada de novos membros foi enfatizada pela presidente do banco como uma das principais metas da instituição. Outras prioridades também incluem o financiamento e a captação em moedas locais, assim como o investimento em infraestrutura. A presidente Dilma também abordou que a estratégia do NDB é conceder 30% de financiamentos em moedas locais no período de 2022 a 2026. Para ela, essas ações consolidam o banco como feito pelo global para o sul global (Agência Brasil, 2025).

De modo geral, a participação do Brasil no BRICS tem sido muito essencial no cenário mundial e vem fortalecendo as relações internacionais do país. Comercialmente, a participação brasileira no grupo vem resultando em resultados expressivos nas exportações e nas importações, principalmente para a China, diminuindo a dependência em economias tradicionais, como os Estados Unidos e a União Europeia. O Brasil também se consolidou no fortalecimento do multilateralismo e defende uma governança global mais equilibrada, fortalecendo a sua imagem de liderança regional e relevante no Sul Global. Nesse cenário, o BRICS se confirma como um instrumento estratégico para o Brasil no fortalecimento da política externa.



Em meio aos desafios, o país tem reagido de forma estratégica, buscando compensar os impactos com novos acordos, reafirmando a sua autonomia e a sua relevância no Sul Global.

4 CONCLUSÃO

Inicialmente, a problemática do presente estudo foi estruturada para investigar as contribuições dos acordos firmados por meio do BRICS para os países que fazem parte do grupo, destacando, principalmente, os benefícios e os desafios para o Brasil. Considera-se que ela foi atendida e respondida por meio do texto, pois, ao longo do trabalho, foi possível compreender que o BRICS desempenha um papel estratégico no cenário internacional. O grupo reforça a importância da cooperação entre as nações em desenvolvimento e evidencia a relevância do Brasil, ativo estrategicamente para uma economia global mais equilibrada, sustentável e inclusiva.

Quanto ao objetivo geral, ressalta-se que foi desenvolvido no sentido de compreender as contribuições do BRICS para a promoção de medidas de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico sustentável para os países membros, com ênfase para o Brasil. Esse objetivo foi alcançado por meio da seção 3.1, na qual se discutiram as medidas de crescimento e de desenvolvimento do grupo. Nesse capítulo, foram apresentados os principais acordos e iniciativas firmados pelo BRICS, com ênfase no NDB, um mecanismo de financiamento e de apoio ao crescimento sustentável. Ainda no mesmo capítulo, evidenciou-se como o grupo vem sendo essencial no cenário mundial por meio de indicadores econômicos e da sua relevância no comércio internacional.

Além disso, contribuindo para o desenvolvimento do objetivo geral, foram abordados, na seção 3.2, os benefícios e os desafios para o Brasil, em que foi possível analisar os impactos dessas parcerias para o país, destacando a evolução significativa em áreas como comércio exterior, investimento estratégico e infraestrutura, reafirmando a importância do país como protagonista dentro e fora do grupo, buscando mais equilíbrio e cooperatividade no cenário internacional.

Em relação aos objetivos específicos, eles foram delimitados para analisar o papel do BRICS no cenário internacional, destacando a sua influência no desenvolvimento dos países membros; para avaliar os impactos dos acordos internacionais firmados por meio do BRICS para o desenvolvimento dos países membros, destacando a realidade do Brasil, considerando aspectos econômicos e sociais; para também comparar os benefícios e os desafios que o Brasil enfrenta na implementação dos acordos internacionais do BRICS em relação aos demais países membros. Pode-se dizer que foram alcançados, pois, durante a pesquisa, foi possível compreender como o BRICS vem contribuindo para o fortalecimento da cooperação entre as economias emergentes e para a redução da dependência de organismos financeiros tradicionais. A participação do Brasil no grupo tem proporcionado oportunidades relevantes no comércio internacional, além de financiamentos por meio do NDB.



Quanto aos procedimentos metodológicos, delimitaram-se o bibliográfico, descritivo e qualitativo. Ressalta-se que esses foram suficientes para o presente estudo, mas que, em outras investigações, podem ser adotados outros métodos, sendo o objeto de estudo muito amplo, o que possibilita diferentes análises. De modo geral, o estudo bibliográfico permitiu um aprofundamento sobre o assunto e a descoberta das contribuições do grupo para o desenvolvimento do Brasil.

Em geral, o BRICS representa uma das mais relevantes iniciativas de cooperação econômica para fortalecer as economias emergentes e o diálogo político entre os seus membros, a fim de buscar alternativas ao modelo econômico tradicional dominado pelas potências ocidentais. Sua importância está nas possibilidades de promover um sistema financeiro mais equilibrado, em que as decisões globais não fiquem apenas em países desenvolvidos. O grupo também busca alcançar áreas como educação, tecnologia e meio ambiente, reforçando o seu papel por um crescimento inclusivo e sustentável. Futuramente, o BRICS busca ampliar a cooperação entre os países, consolidar o seu próprio sistema financeiro para as transações internacionais e fortalecer a sua influência sobre as decisões globais, tornando-se cada vez mais relevante no cenário internacional.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Banco do BRICS tem novas adesões e pedidos por uma globalização sustentável. Publicado em 15 de Julho de 2025. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/banco-do-brics-tem-novas-adesoes-e-pedido-por-uma-201creglobalizacao-sustentavel201d>. Acesso em 06 de Outubro de 2025.

BANCO DO BRASIL. Conta internacional e SWIFT: Finanças sem Fronteiras. Blog BB Japão. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/japao/blog/conta-internacional-e-swift/>. Acesso em 11 de Agosto de 2025

BATISTA JR., P. N. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 179–184, set. 2016.

BRASIL DE FATO. Tarifação transforma EUA em país isolado e impulsiona BRICS, avalia economista. Publicado em 12 de Agosto de 2025. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2025/08/12/tarifaco-transforma-eua-em-pais-isolado-e-impulsiona-brics-avalia-economista/>. Acesso em 06 de Outubro de 2025.

BRASIL. Decreto n.º 8.624, de 29 de dezembro de 2015. Promulga o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil, a Federação da Rússia, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul, firmado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014. Diário Oficial da União: Brasília, DF, de 29 de Dezembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8624.htm. Acesso em 27 de maio de 2025.

BRASIL. Decreto nº 8702, de 1 de Abril de 2016. Promulga o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, de 15 de Julho de 2014. Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8702.htm Acesso em 27 de maio de 2025

BRASIL. BRICS: A história, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>. Acesso em 27 de maio de 2025

BRASIL. BRICS: Sobre o BRICS. Publicado em 12 de Dezembro de 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>. Acesso em 15 de Maio de 2025

BRASIL. Ipeadata, EMBI + Risco Brasil. Atualizado em 02 de Agosto de 2025. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=M&serid=40940>. Acesso em 01 de Junho de 2025.

COMEXSTAT. Comex-Vis. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em 12 de Agosto de 2025.

BRICS. BRICS BRASIL: Presidência Brasileira. Publicado em 17 de Janeiro de 2025. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/presidencia-brasileira> Acesso em 12 de maio de 2025.

CARMO, Wendal. **Em meio ao tarifaço, Brasil afirma novos acordos econômicos com China e Rússia.** Publicado em 11 de Agosto de 2025. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/economia/em-meio-tarifaco-brasil-firma-acordos-economicos-com-china-e-russia/>. Acesso em 25 de Setembro de 2025.



CEBRI. Por que o BRICS é estratégico para o Brasil. Publicado em 29 de Abril de 2025. Disponível em: https://cebri.org/media/documentos/arquivos/AC_BRICS.pdf. Acesso em 26 de Setembro de 2025.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert. **Considerações sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).** Brasília, DF: IPEA out. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d85dbc1f-b5ac-4c20-911b-84b4d16a323d/content>. Acesso em 05 de julho de 2025

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (org.). **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3. ed. São Paulo: Yendis, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas.** 4º ed. São Paulo: Atlas S.A 2002.

MARTIN, Nik. **Tarifaço de Trump contra o BRICS pode acabar fortalecendo a união do bloco, dizem especialistas.** Publicado em 27 de Agosto de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/27/tarifaco-de-trump-contra-o-brics-pode-acabar-fortalecendo-uniao-do-bloco-dizem-especialistas.ghhtml>. Acesso em 06 de Outubro de 2025.

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS. Países do BRICS movimentaram 503 milhões de toneladas de cargas nos portos brasileiros em 2024. Portal Gov.br. Publicado em 02 de Julho de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/paises-do-brics-movimentaram-503-milhoes-de-toneladas-de-cargas-nos-portos-brasileiros-em-2024>. Acesso em 07 de Setembro de 2025.

KIPNIS, Beatriz; NOUJAIM, Alice; PENZ, Isabel. **Promessa X realidade O que o Brasil Realmente ganha com o BRICS.** Publicado em 08 de Julho de 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/07/08/promessa-x-realidade-o-que-o-brasil-realmente-ganha-com-o-brics.htm>. Acesso em 25 de setembro de 2025

PADULA, Raphael; FONSECA, Felipe de Carvalho Borges da. **BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia.** *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe4, p. 40–61, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/MqzCJSkSThzSMVz36TccMZN/?format=html&lang=pt>

PÁTARO, Carolina Ribeiro; OLIVA, Diego Coletti. **Construindo a pesquisa:** métodos, técnicas e práticas em sociologia. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

RAMOS, Marien. **Banco do BRICS aprova carteira de 29 projetos de US\$ 7 bi para o Brasil.** Publicado em 05 de Julho de 2025. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/banco-do-brics-aprova-carteira-de-29-projetos-de-us-7-bi-para-o-brasil/>. Acesso em 01 de outubro de 2025

SOUZA, Michelle Silva. **BRICS: Análise da Trajetória e Impacto Sobre Economia Brasileira;** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/api/uploads/adm/trabalhos/files/Mono_24.1_Michelle_Silva_de_Souza.pdf. Acesso em 10 de Junho de 2025

VERDÉLIO, Andreia. **Líderes do BRICS conversam sobre o tarifaço e guerras em reunião virtual.** Publicado em 08 de Setembro de 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/lideres-do-brics-conversam-sobre-tarifaco-e-guerras-em-reuniao-virtual>. Acesso em 06 de Outubro de 2025.



VISENTINI, Paulo *et al.* **Brics:** as potências emergentes - China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em 11 agosto de 2025.